

Revista Com Censo

8. Direitos Autorais

Autores que desejam publicar nesta revista devem concordar com os seguintes termos:

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à Revista Com Censo o direito de primeira publicação.

Os manuscritos publicados neste periódico são licenciados em conformidade com a Licença Creative Commons Atribuição Não-Comercial (CC BY-NC). Esta licença permite o compartilhamento do trabalho com o devido reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista;

O conteúdo dos manuscritos é original e não foi publicado nem está em processo de revisão/avaliação em nenhum outro periódico.

Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição complementar da versão do trabalho originalmente publicada neste periódico (ex: como capítulo de livro), desde que seja expressamente reconhecida a autoria e publicação inicial nesta revista;

Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho on-line (ex: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal), já que isso pode aumentar o impacto e o número de citações do trabalho publicado;

Autores não terão direito a nenhuma remuneração a título de direito autoral com a publicação na Revista Com Censo.

Fonte: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/normas>. Acesso em: 03 fev. 2021.

REFERÊNCIA

DUARTE, Patrícia Nazário Feitoza; DE SOUZA, Amaralina Miranda. Tecnologias assistivas: um olhar sobre a formação continuada para o Atendimento Educacional Especializado no Distrito Federal: caminhos metodológicos em meio à pandemia.

Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, Brasília, v. 7, n. 3, p. 47-54, ago. 2020. Disponível em:

<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/917>. Acesso em: 03 fev. 2021.

Tecnologias assistivas: um olhar sobre a formação continuada para o Atendimento Educacional Especializado no Distrito Federal - caminhos metodológicos em meio à pandemia

 *Patrícia Nazário Feitoza Duarte **
*Amaralina Miranda de Souza ***

Recebido em: 20 jul. 2020
Aprovado em: 17 ago. 2020

Resumo: Este trabalho apresenta resultados referentes ao estudo de mestrado, objetivando analisar a formação continuada no curso sobre as Tecnologias Assistivas – TA, realizado pela Subsecretaria de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, do governo do Distrito Federal (EAPE) e sua repercussão na prática docente dos egressos. Nesse sentido, foi importante compreender a formação como espaço de constante aprendizado e o Atendimento Educacional Especializado – AEE como apoio ao processo de ensino e aprendizagem no âmbito da educação inclusiva e suas atribuições. O curso ofertado abordou o uso das TA no contexto educacional e, portanto, compreendido como interdisciplinar, pois envolve produtos, serviços e técnicas para atender as demandas dos estudantes com deficiência, mobilidade reduzida, sejam temporárias ou não, visando autonomia, qualidade de vida e independência, conforme o Comitê de Ajudas Técnicas – CAT (MEC, 2006). Na abordagem qualitativa trouxe a análise documental. Realizou-se o mapeamento dos egressos, considerando as movimentações de lotação. Ao realizar o grupo focal, em decorrência da pandemia, as etapas programadas para o encontro presencial tomaram novos rumos, sendo necessários ajustes para preservar a saúde dos envolvidos. Para compreender o olhar dos profissionais sobre essa formação, foram considerados todos os dados obtidos, através recursos online na perspectiva da análise de conteúdo, na adaptação de Franco (2019), como forma de identificar elementos para a compreensão da dimensão da aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso e proposições. As proposições apontam nova estrutura de curso e formação permanente através de espaço para estudo e planejamento de estratégias e materiais em parceria dos Institutos e Universidades.

Palavras-chave: Formação continuada. Tecnologia Assistiva. Atendimento Educacional Especializado.

* *Patrícia Nazário Feitoza Duarte é graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Brasília (2005), especialista em Psicopedagogia com Ênfase no Ensino Especial Inclusivo pela Faculdade de Ciências, Educação e tecnologia Darwin (2007) e mestranda em Educação (UnB). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Contato: t.assistiva.eape@gmail.com.*

** *Amaralina Miranda de Souza é graduada em Psicologia pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (1977), mestre em Educação Especial, pela Universidade de Salamanca - Espanha (2000), especialista na área da Educação Especial, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1980) e na área da Educação à Distância, pelo Instituto IberoAmericano de Educación a Distancia - IUED / UNED - Espanha - (2000), doutora em Ciências da Educação pela Universidade Nacional de Educación à Distancia - UNED - Espanha (2006), e pós-doutorado pelo PPGEl UnB (2016), com estágio pós-doutoral na Facultad de Educación da Universidad Complutense de Madrid. Professora Associada da Universidade de Brasília, Faculdade de Educação/TEF, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGÉ. Contato: amara@unb.br.*

Introdução

Diante das transformações ocorridas na Educação Brasileira, inclusive o processo de inovação que acompanha o desenvolvimento da sociedade, a política da Inclusão merece destaque. Nesse sentido, as Políticas Públicas brasileiras vêm criando estratégias e desenvolvendo programas que auxiliem no processo inclusivo do estudante com deficiência e entre eles está o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais - SRM. Instituído por meio da Portaria nº 13, de 24 de abril de 2007, a SRM que tem por objetivo, apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. Assim, conforme o disposto pela Portaria SECADI/MEC, nº 25/2012, a Diretoria de Políticas de Educação Especial enfatiza que a disponibilização dos recursos de Tecnologias Assistivas - TA visa apoiar esse atendimento.

A SRM caracteriza-se, portanto, como serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado. Para Salomão (2013), a SRM oferta atendimento repleto de especificidades e por esse motivo, muitas vezes, ocorre de maneira individualizada exigindo preparo do professor para atender às necessidades específicas dos estudantes. Para ajudar nesse serviço, o(a) professor(a) necessita conhecer os recursos tecnológicos disponível nas SRM e sua aplicabilidade.

Nesse contexto, para melhor compreensão sobre os recursos supracitados entende-se TA como:

Uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2006)

Implica, portanto, em uma prática pedagógica muito demandada e o professor necessita de formação continuada para acompanhar as diversas possibilidades de atuação com o uso desses recursos, estratégias e acompanhar seus avanços. Com isso, considera-se necessário verificar como deve ocorrer essa formação de modo a contribuir para a potencializar a qualidade da prática dos docentes no DF.

Todo esse movimento requer uma formação permanente, apresentada por Carbonell (2002) como uma porta de acesso a outros tipos de linguagem, conhecimento e oportunidade onde a formação nunca

terá fim onde o desafio e gerir a própria aprendizagem e o uso do tempo.

Esse movimento formativo também é apresentado por Freire (2011, p. 42) como um processo de busca e esclarece que “Enquanto ensino continuo buscando reprovando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” mostrando a relevância da intervenção a partir da busca e do estudo.

Ao pensar em uma educação inclusiva e equitativa de qualidade que promova oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, conforme relatório da UNESCO (Gatti, Barreto, André, Almeida, 2019), há que se pensar na qualificação dos professores, pois a qualidade da oferta educativa está atrelada a professores bem formados e valorizados. Nesse sentido, representantes da UNESCO no Brasil têm realizado pesquisas relacionadas aos professores e às políticas públicas implementadas, e já destacam como desafios urgentes, a pouca discussão social relativa ao valor social concreto na contemporaneidade dessa formação, os fundamentos da formação e das práticas a ela associadas e ainda a descontinuidade de políticas públicas. No relatório consta que ao abordar a formação do professor é estudar um problema social significativo para a atualidade.

Refletindo sobre o processo formativo para atender aos estudantes na perspectiva inclusiva, Souza e Barbosa (2015) salientaram como compromisso do (a) professor (a) preparar-se, ser proativo independente da demanda do aluno e de suas necessidades educacionais específicas, não cabendo mais justificativas de que a escola e o professor não estão preparados. A formação continuada, portanto, desses profissionais se apresenta como destaque diante das demandas e especificidades atreladas à inovação tecnológica que acompanha toda a sociedade.

Assim, após sondagem no banco de teses e dissertações, dentre os diversos estudos relacionados com a formação, verificou-se que trinta e cinco pesquisas abordam de forma mais direta o uso da TA no contexto da educação para o AEE. Desses, muitos giraram em torno da aplicação e acompanhamento da formação. Em pesquisa realizada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 2007, sobre o uso de TA e Comunicação Aumentativa e Alternativa - CAA em sala de aula, foi constatada a importância da formação continuada. Para os autores, “a formação continuada deve ser uma meta de todos os educadores que se comprometem em oferecer uma educação de qualidade, seja ela em qualquer nível escolar” (Delgado, Nunes, Schirmer & Walter, p,35, 2011). Para Hummel (2015) a formação de professores para atuar com recursos e equipamentos de

na área de TA é considerado um desafio e propôs em sua pesquisa um modelo de formação presencial na expectativa de acompanhar esse processo formativo, onde foi percebida a necessidade de formação acerca não só do conhecimento, mas também do manuseio dos recursos tecnológicos inerentes.

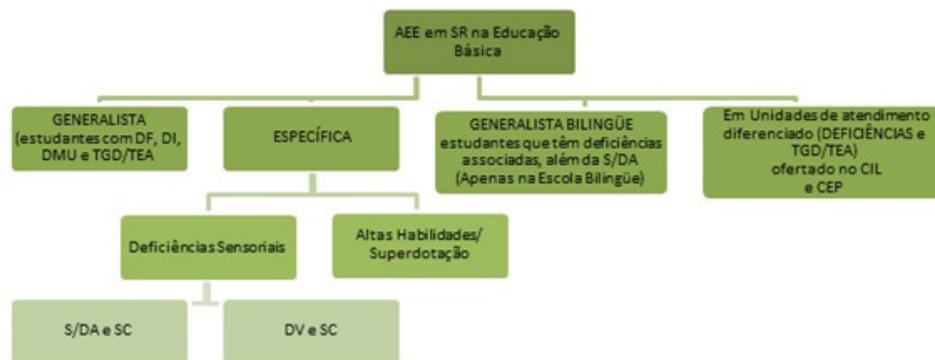
No Distrito Federal, o curso Tecnologia Assistiva com Ênfase no Atendimento Educacional Especializado, seguiu conforme compromisso firmado entre a SEEDF e o MEC, atendendo aos professores que atuam nas SRM, com a intencionalidade de avaliar as atividades propostas na Sala de Recursos de modo a contribuir para o aprendizado do estudante NEE, utilizar adequadamente os recursos de TA como ferramenta pedagógica, aplicar corretamente os recursos de CAA na prática escolar e orientar o professor quanto à continuidade da utilização do mesmo. Fizeram esse curso 169 professores nos quatro anos de oferta, quando muitos habilitados eram professores das turmas de ensino regular, mas com interesse em atuar nas salas de recursos. Outras Unidades da Federação já desenvolveram estudos sobre os reflexos dos programas de formação relacionados ao uso de TA no contexto escolar. Passerino (2011) aponta a urgência de ser adotado um olhar social nos cursos de formação de TA e uma visão sistêmica da CAA. Ainda para o autor, essa CAA é uma linguagem que deve ser ampliada socialmente, evitando a visão de ser apenas algo específico para cada aluno. É importante registrar que o Distrito Federal possui uma organização da Sala de Recursos bem peculiar, se diferenciando dos demais Estados brasileiros conforme Figura 1, que pressupõe uma formação que atenda às suas peculiaridades.

Tal estrutura demanda uma organização pontual para atender as peculiaridades de cada SR para além da etapa/ modalidade de ensino e a formação precisa acompanhar essas peculiaridades de cada SR.

Justificativa

Diante dessa diversidade na organização do espaço das SR é grande a necessidade da formação de professores para atuação no AEE. Registra-se que embora a formação continuada em TA no DF tenha iniciado em 2012, até o momento -2019- não houve nenhum estudo sobre a sua relevância no AEE. Dessa forma, surge e a partir deste contexto algumas

Figura 1 - Organização das SR no DF



Fonte: Estratégia de Matrícula 2020, páginas 90 a 98. Adaptado pela autora, 2020

indagações: esses profissionais reconhecem e utilizam o software distribuído nas SRM? Como utilizam pedagogicamente o computador? E os demais materiais recursos de baixo custo que acompanham essa Sala? Esses profissionais conseguem utilizar estratégias e recursos independentemente de estarem em SR ou classe comum? O curso contribuiu para melhoria desse serviço após sua conclusão?

Fez-se necessário verificar sua relevância para os professores do DF, egressos do curso, que atuam na Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Uma pesquisa que traz as falas dos envolvidos em todo processo dessa formação após sua execução com a perspectiva de oportunizar a realização de contribuições levando em consideração a sua realidade atual.

Nesse sentido, o estudo, teve como objetivo analisar a formação continuada a partir do curso sobre TA com ênfase no AEE e sua repercussão na prática pedagógica dos professores que atuam nessa área. Busca-se, também, analisar a estrutura da formação continuada ofertada pela EAPE/SEEDF no âmbito do Curso "TA com ênfase no AEE", e sua repercussão na prática docente dos professores egressos do referido curso ofertado no período de 2012 a 2017. Teve, portanto, como objetivos específicos a fim de alcançar o proposto:

- Mapear os profissionais que concluíram o curso em referência;
- Identificar efetivas práticas pedagógicas realizadas a partir dessa formação;
- Verificar as suas compreensões acerca da aplicabilidade da TA no contexto pedagógico;
- Avaliar o uso que fazem da TA nas estratégias pedagógicas no processo de ensino - aprendizagem com seus alunos;
- Identificar elementos que indicam proposições para outras ofertas do curso para o uso da TA, que possa responder à realidade da demanda presente na escola e na sala de aula, SR e SRM.

Percurso metodológico

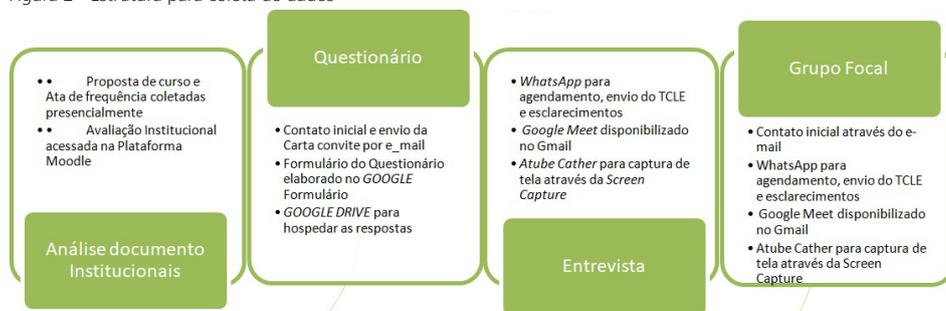
Dentro dessa proposta a metodologia, de cunho qualitativo, buscou-se compreender a prática pedagógica do profissional que atua no AEE a partir da formação continuada em TA. Segundo Minayo (2019, p.14), a pesquisa qualitativa trabalha com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” por isso foram elencados instrumentos que permitam registrar as percepções dos sujeitos do objeto dessa pesquisa.

Com o enfoque nos objetivos propostos, as estratégias utilizadas nesse estudo foram distribuídas nas seguintes etapas: análise documental, aplicação do questionário, organização e realização de grupo focal para emergir uma multiplicidade de pontos de vista pelo próprio contexto da interação, que será criado conforme ressaltado por Gatti (2012) possibilitando a captação de significados que por outros meios seria difícil perceber.

Em decorrência do cenário em que o mundo está passando no que concerne a pandemia por causa da Covid 19, foi necessário realizar ajustes quanto ao caminho traçado para o bom andamento desse estudo de forma a preservar também a saúde dos envolvidos. O quadro exposto a partir da Covid 19 a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS que é a agência internacional de saúde especializada para as Américas em sua Folha Informativa esclarece que o surto causado pelo vírus pressupõe o mais alto nível de alerta sendo caracterizada como pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde – OMS.

Nessa mesma data em atenção ao quadro apresentado pela OMS, o Governador do DF, Ibanês Rocha, através do Decreto nº 40 509/20, dentre outras orientações, suspendeu atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada. Nesse sentido, o percurso proposto seguiu o panorama mostrado na Figura 2.

Figura 2 - Estrutura para coleta de dados



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

O isolamento social foi ampliado de modo que a realização das entrevistas foi programada para ocorrer através do WhatsApp com gravação da vídeochamada, um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones onde é possível também a realização de troca de mensagens de voz e escritas. A escolha por esse aplicativo se deve ao fato de já estar instalado nos aparelhos celulares dos entrevistados e seu uso ser frequente em seu cotidiano. Para a realização do Grupo Focal optou-se pelo ZOOM um aplicativo que possibilita a realização de videoconferência com a possibilidade de participação de todos os selecionados para realização dessa etapa. Nessa etapa tornou-se necessária a orientação e planejamento para testagem antes da realização formalizada para minimizar contratemplos.

No que concerne ao uso do questionário elaborado através do *Google Formulário* sendo realizado via e-mail onde as respostas foram arquivadas no *Google Drive*, possibilitou nortear as questões que foram apresentadas na realização do grupo focal, dando, posteriormente, profundidade ao que foi respondido de forma mais objetiva nessa etapa. Gatti (2012) aponta ainda que a partir do questionário a atividade em grupo propiciará verificar a lógica e representações que conduzem a resposta.

Nesse sentido o grupo foi organizado após coleta de dados, questionário e entrevista para que participem dessa etapa aqueles profissionais que estiverem atuando com estudante com deficiência utilizando estratégias e recursos de TA dentro de sua prática pedagógica, seja em SR, classe especial ou Centro de Ensino Especial e demonstram interesse em contribuir para essa pesquisa.

No intuito de organizar essa técnica, Minayo (2019) propôs a organização de um grupo contendo entre seis e doze interlocutores, portanto, esse estudo prevê a seleção de doze participantes, o número máximo apresentado para que, mesmo havendo imprevisto ou desistência, a dinâmica possa ocorrer sem prejuízos a sua realização e irá contemplar a perspectiva dos professores lotados em regionais distintas para captar olhares de realidades diferenciadas.

A proposta do grupo focal viabilizou uma das considerações apresentadas por Tardif (2014) que é a de reconhecer que os professores “deveriam ter direito de dizer algo a respeito da sua formação profissional” independentemente de onde ela ocorre (p, 140). Esse espaço dialógico possibilitará esse dizer a partir da vivência entre a formação

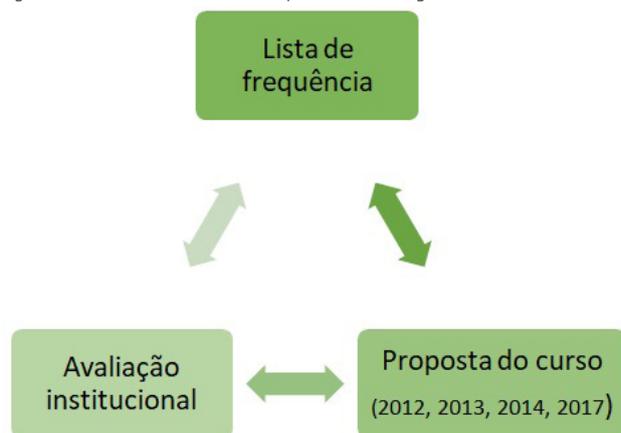
e a prática docente com vistas ao atendimento ao estudante com deficiência. Diante do cenário de isolamento, os profissionais participaram de forma grata por poder contribuir de alguma forma para a formação e por se sentirem ativos dentro desse processo.

Durante o percurso

Para a realização do mapeamento dos cursistas foram analisadas as listas de frequência onde constam nome, lotação, ano de realização do curso, proposta do curso referente a cada ano para compreensão dos objetivos do curso e em sequência a avaliação decorrente do final de cada curso, onde, de forma anônima, preservando a imagem dos professores cursistas, apontaram aspectos e ponderações referentes a estrutura, objetivos, planejamento, perfil dos formadores e por fim sobre os encontros.

Para compreender a abordagem do curso ofertado foi possível perceber em seu objetivo que além de abordar o conceito de TA havia a intencionalidade de oportunizar aos professores que atuavam em SR e demais professores com formação no AEE, o (re) conhecimento e a utilização dos materiais disponibilizados pelo MEC, que compõe a SRM, e outras ferramentas de acessibilidade gratuitas que facilitam o processo de ensino aprendizagem do estudante público do AEE. No escopo da proposta vislumbrou-se a visita ao Hospital SARAH que faz parte da Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação, onde um dos seus princípios discorre sobre vivenciar o trabalho multidisciplinar destinadas a gerar um processo de reabilitação humanístico. Essa Rede atende alguns estudantes matriculados nas escolas da rede pública de ensino do DF fazendo um trabalho interdisciplinar em parceria com o professor. Dessa forma, foram analisados os documentos constantes na Figura 3.

Figura 3 - Análise documental – Mapeamento dos egressos



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

As avaliações registradas ao final de cada turma do curso em alusão trataram aspectos fundamentais para repensar a formação e sua estrutura. Um dos aspectos de relevância foi perceber que na formação realizada houve a oportunidade de conhecer e ter contato com vários recursos de acessibilidade. Ficou registrado também que estudantes com deficiência estão tendo progressão nos estudos chegando nos anos finais, e no ensino médio tendo como sugestão repensar mais possibilidades de TA para esse público, de modo a ampliar o repertório e em consequente ampliação da carga horária.

Foi registrado também que a partir da realização dos encontros alguns professores iniciaram o planejamento do uso de recursos de TA no atendimento ao estudante com deficiência. Inclusive, houve uma situação onde o professor/cursista começou, junto com seu estudante, o processo de construção de prancha de Comunicação Alternativa durante o curso. No entanto, questões estruturais precisam ser revistas, bem como a possibilidade de realização do curso em outras cidades do DF para facilitar o acesso dos professores. Todos os respondentes do questionário tiveram a oportunidade de orientar a comunidade escolar quanto a TA seja individualmente ou coletivamente e foi sugerido que o mesmo seja ofertado para os professores que estão iniciando sua atuação em SR.

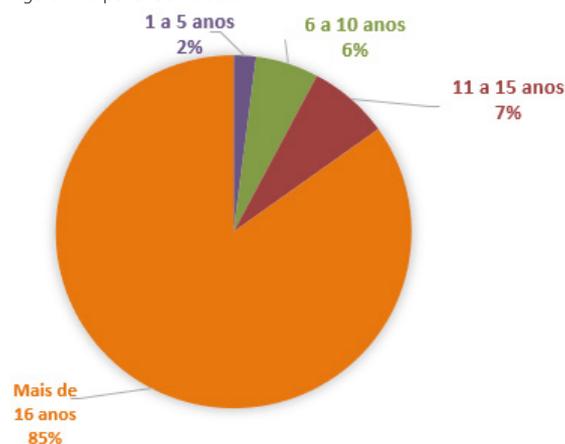
Na EAPE, o acesso a proposta do curso e relação de contemplados referente a cada ano trouxe em seu corpo os objetivos, conteúdos e estratégias, bem como os dados relacionados aos cursistas no período da formação, sendo exequível comparar a lotação à época e a atual e vislumbra alguns apontamentos no que concerne a formação e a realidade dentro do contexto escolar.

A organização do Grupo Focal, a seleção dos profissionais que atuam com estudante com deficiência e que utilizam de recursos e/ou estratégias de TA e a entrevista com o gestor da EAPE contribuíram com informações pertinentes quanto à seleção das demandas e a organização da estrutura para formação.

Ao realizar a leitura dos dados coletados, a partir das respostas do questionário aplicado, alguns aspectos confirmam apontamentos apresentados na avaliação ao final do curso, e as informações contidas na proposta, corroboraram os conteúdos apresentados para fim de certificação e o critério de seleção dos contemplados.

Nos anos de oferta do curso, o tempo de exercício na rede pública da SEEDF, seguiu como critério de seleção. No caso de empate, a faixa etária do

Figura 4. Experiência na SEEDF



Fonte: Dados armazenados no Google Formulário arquivo da autora, 2020.

professor era considerada. Tal critério selecionou as profissionais com mais tempo de atuação (Figura 4).

Os dados obtidos, onde um terço dos professores respondeu, demonstram que nesse formato de seleção, os professores que estão iniciando sua carreira docente possuem dificuldade em participar do curso já que o tempo de serviço é um critério para a seleção dos participantes do curso.

Ao analisar os resultados é possível perceber, no período de formação, um número significativo de profissionais que se dispuseram a assumir atividades de fato relacionadas ao AEE e outros que desejavam. No presente momento, 53, 8% dos respondentes estão atuando em SR, 15, 4% em Classe Especial, 7% em Centro de Ensino Especial e os demais em sala de aula regular, mas que independente disso foram aplicados seus conhecimentos com os estudantes no decorrer dos anos, como também apontam fragilidades quanto a estrutura para utilização de recursos que necessitem do uso do computador e/ou internet.

Quando os cursistas foram questionados se orientaram professor, família e/ou comunidade escolar quanto ao uso de equipamentos ou materiais específicos para a eliminação de barreiras e para promoção de acessibilidade, qualidade de vida e viabilidade de uma proposta pedagógica em prol de uma educação inclusiva; em uma das respostas descritas no questionário e alguns apontamentos apresentados nas respostas da avaliação final dos cursos, foi possível perceber alguns aspectos nos quais é perceptível uma proposição:

Sim. Sempre que necessário. Porém acho que cursos como estes são primordiais a quem realiza este atendimento e não deve se restringir a uma única vez. Deveria fazer parte do curso de AEE ou uma extensão deste sempre, com atualizações constantes e tendo em mente que a maioria das salas não são equipadas. É necessário sempre que possível capacitar o profissional da SR com tais cursos os que estão chegando quanto os que já trabalham na área a algum tempo tendo em vista as dificuldades em recursos que elas atravessam. (Respondente 5/Questionário)

O curso deveria ter uma carga horária maior. E também, deveria

ser programada uma visita a uma sala de recursos multifuncional. (Respondente 8/2017)

Muito bom! Enquanto professora de Sala de Recursos pude ter mais intimidade com a prancha de comunicação que me favorece a interação aluno/professor (Respondente 6 /2014)

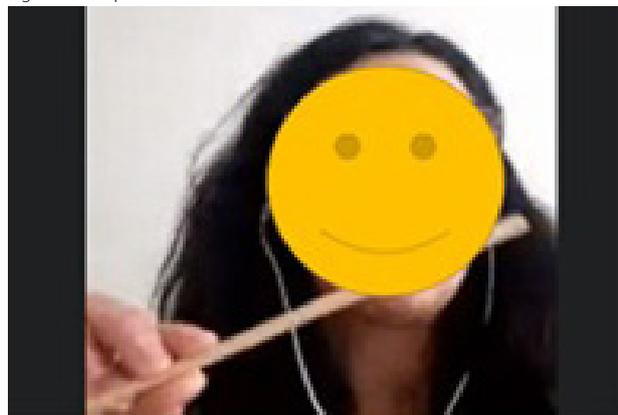
Descobri que não sabia das inúmeras aplicabilidades das ferramentas existentes no computador e que poderia estar usando em minha sala de aula com meus alunos com deficiência. O curso favoreceu me está descoberta. (Respondente 1/ 2013)

Esses registros supracitados corroboram a necessidade de formação para os novos profissionais que assumem as SR, e de uma formação continuada para quem já atua em SR no DF. Ficou evidente que a oferta do curso possibilitou descobertas e um espaço para identificar alguns recursos. Quando a questão referente ao compartilhamento dos conhecimentos acerca dessa temática no ambiente escolar, 83% dos respondentes compartilharam seus conhecimentos através dos encontros nas reuniões coletivas. Um dos cursistas explicou que utilizava com o aluno algum recurso e compartilhava com os professores da escola quando demonstravam interesse.

Outro aspecto relevante apresentado na avaliação ao final dos cursos foi a questão do deslocamento. Foi proposta a organização em polos para que facilitar o deslocamento, uma vez que o curso é realizado em horário de trabalho e os professores precisam se organizar entre horário de regência, trânsito, alimentação e formação. Pontuaram ainda a necessidade de melhoria quanto ao espaço físico, carga horária e a infraestrutura da rede wireless. Pontuam a ampliação da carga horária. Percebeu-se o desejo de continuidade desse tipo de formação. Os aspectos supracitados influenciam no bom andamento da formação, segundo relatos apresentados na avaliação final e questionário.

Durante o grupo focal surgiram memórias da formação, como por exemplo as memórias resgatadas por Ana que surpreendeu o grupo mostrando o "Rachi", um instrumento oriental usado como talher, que foi utilizado em uma dinâmica realizada num dos primeiros encontros do curso (Figura 5).

Figura 5: Grupo Focal On-line



Fonte: Registro feito pelo autor no ato da realização do Grupo Focal

Ana não só guardou o material utilizado como uma lembrança materializada, e explicou ainda a dinâmica de uma forma emocionada. Depois, finalizou comentando sobre como ressignificou aquele momento:

(...) foi muito interessante porque uma experiência talvez, as vezes simples utilizado esse palito, mas em mim me trouxe uma reflexão muito profunda sabe de "será que qual é a dificuldade que meu aluno tem? Como é que eu posso ajudar nessa dificuldade? " Porque no dia eu me senti assim... meu Deus não sei, eu mal escrevi uma frase com muita dificuldade né, então aquilo também não foi só uma dinâmica, foi uma reflexão". (ANA, cursista)

O trecho da fala Ana resgata duas questões que permitem perceber o olhar cuidadoso em relação ao aluno, no que tange o entendimento sobre suas dificuldades e sua postura diante da função sob a qual optou por exercer.

A fala de cada participante trouxe exemplos de situações referentes a sua prática e a reverberação do uso da TA. Na medida em que iam dialogando, vinham lembranças de experiências constituídas a partir da formação. Vera relembrou o nome de um dos softwares apresentados no curso, sendo que esse mais especificamente foi um dos itens distribuídos na composição da SRM no DF.

gente trabalhou o Boardmaker, aquele CD né, software, aquele CD ROM, e lá a gente fazia a prancha, não sei se vocês lembram, de acessibilidade, de rotina, foi de tal maneira importante para mim que até a família de uma aluna se apropriou inclusive do próprio Boardmaker, ela tinha um Cdzinho em casa, né.

Vera relata a utilização de uma ferramenta para a atender o seu aluno e a aquisição desse pela família. Para chegar até o ambiente familiar foi necessária a construção de uma parceria entre a escola e a família. Esse relato demonstra na prática as contribuições da formação de modo a ultrapassar os muros da escola.

Durante a entrevista notou-se entendimento em relação ao conceito de TA e a compreensão da relevância dessa formação durante a fala dos dois gestores. O gestor atual destacou a necessidade em firmar parcerias da mesma forma que os integrantes do grupo focal.

Em relação as dificuldades, o tempo de execução do curso e o distanciamento caminharam para a proposta de uma formação mais ampla e com a possibilidade de realização em polos.

As propostas de formação circundaram o formato online. Apesar de terem uma apreciação no formato presencial ou semipresencial, por causa do contexto atual, onde as atividades remotas estão em evidência e a insegurança predominou nas falas, no que se refere a

saúde e cuidado com as pessoas em situação de risco. Ficou evidenciado o interesse em formações utilizando o mesmo recurso proposto para a realização do grupo focal, e acrescentaram, ainda, a ideia de utilizar situações reais, através dos estudos de caso para planejamento das adequações curriculares e da viabilidade do uso da TA.

Os professores, ouvidos nas coletas online, relataram que em sua formação inicial houve lacunas na abordagem relacionada a inclusão, então, propuseram uma parceria entre as universidades com a participação de estagiários e pesquisadores para uma maior aproximação com a dinâmica de sala de aula, para a efetivação da inclusão.

Considerações finais

Trata-se, portanto de uma pesquisa que objetivou analisar a formação continuada para o uso da TA no AEE e sua repercussão na prática pedagógica dos professores que atuam nessa área. Nesse sentido, haverá a realização do grupo focal com vistas a compreender a realidade atual desses profissionais que atuam com estudantes com deficiência após a formação. A trajetória dessa pesquisa vislumbrou, a partir da análise de todo o material coletado, não somente trazer respostas às questões levantadas, como também apresentar contribuições para a formação continuada compreendendo sua repercussão na prática docente; bem como, apresentar proposições e contribuir quanto ao uso da TA no AEE.

Percebe-se, a partir da análise do material coletado, que por parte da Instituição existe a necessidade de verificar todo o material coletado por meio dos registros formais apresentados na avaliação institucional e organizar as ponderações dos cursistas para rever a estrutura da oferta dos cursos. Os materiais analisados trazem considerações importantes, como por exemplo, a dificuldade de deslocamento, a falta de conhecimento acerca dos recursos disponíveis, as considerações que poderão contribuir para a formação dos novos cursos e a relevância da temática para ações efetivas no contexto escolar. Espera-se poder compartilhar as percepções a partir das vozes dos atores desse estudo para um avanço na formação continuada de professores no DF, principalmente no que tange o uso das TAs na Educação.

Almeja-se, a proposição de uma formação diante das novas perspectivas apresentadas nas falas dos autores, de tal forma que valorize o protagonismo e efetive a organização sistêmica da formação permanente. A partir da proposta um espaço físico organizado na EAPE, onde o professor possa recorrer ao suporte de outros profissionais e pesquisadores e onde se tenha recursos

disponíveis para dar respostas às demandas /necessidades identificadas para a integração da TA, a fim de contribuir não só para AEE em atendimento as especificidades dos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, mas também na atuação do professor regente.

Em síntese, promover a oportunidade de conhecimento para todos os profissionais, uma vez que o estudante com ou sem deficiência é responsabilidade da escola e a troca entre os pares poderá fortalecer cada vez mais o processo inclusivo para além do acesso. ■

Referências

- BRASIL. **Comitê de Ajudas Técnicas**. Instituído pela Portaria nº 142 de 16/11/2006 que organiza as regras do comitê e apresenta o conceito de Ajudas Técnicas. Brasil, 2006
- BRASIL. **Portaria nº 25, de 19 de julho de 2012**. Dispõe sobre a SRM. Ministério da Educação. MEC/SECADI. Brasília-DF, 2012.
- BRASIL. **Portaria normativa nº 13, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília. Diário Oficial de 26 de abril de 2007, MEC/SECADI, 2007
- BRASÍLIA. **Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Corona vírus, e dá outras providências. 90 – 98. Brasília, 2020.
- BRASÍLIA. **Estratégia de Matrícula para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal** – 2020. Portaria nº 407 de 22 de novembro de 2019 que propõe diretrizes gerais para melhor redimensionamento das ações das Unidades Escolares. 2020.
- CARBONEL, J. **A aventura de inovar: A mudança na escola**; trad: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed Editora, 2007.
- FRANCO, M. L. P. **Análise de Conteúdo**. 5ª ed. Campinas – São Paulo: Autores Associados, 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GATTI, B. A., Barreto, E. S de S., André, M. E. D. A de. e Almeida, P. C. A. de. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.
- GATTI, B. A. Grupo Focal nas Pesquisas em Ciência Sociais e Humanas, **Série Pesquisa em Educação** v.10, Editora Liber Livro, 2012.
- HUMMEL, E. I. **Tecnologia Assistiva: a inclusão na prática**. Curitiba: Appris, 2015.
- DELGADO, S. Nunes, L. R. d’O. de P. Schirmer, C. R. e Walter, C. C. de F. (2011) **Formação inicial de professores: Da pesquisa a prática**. In: Nunes, L. R. d’O. de P. Quitério, P. L. Walter, C. C. de F. e Schirmer, C. R., Braun, P. (org). **Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência**. Marília, SP: ABPPE. 25-58, 2011.
- MINAYO, M. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: Minayo, M. C. de S. Deslandes, S. F. e Gomes, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- PASSERINO, L. M. Escalando trajetórias de pesquisa na construção do sistema de comunicação alternativa e letramento de pessoas com autismo (SCALA). In: Nunes, L. O. R.P. Pelosi, M. B. e Walter, C. C. F. **Compartilhando Experiência: ampliando a comunicação alternativa**. Marília, ABPPE, 2011.
- SALOMÃO, B. R. de L. **O Atendimento Educacional Especializado em uma sala de recursos m Brasília: A sistematização do atendimento e o uso do computador como apoio pedagógico – um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Educação. Brasília, 2013.
- SOUSA, A. M. de. Barbosa, L. de S. **Práticas pedagógicas inclusivas na sala de Aula. Como identifica-las?** Brasília. UnB, 2015.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e prática profissional**. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2014.